

História e Literatura: *Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz* (re)escrita no romance histórico contemporâneo

Ana Paula Guardachenski
Pós-graduada em História (UNICENTRO)

Resumo: Este artigo insere-se no debate acerca das relações entre História e literatura, a partir da leitura crítica de alguns elementos ficcionais e históricos que permeiam *Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz: a incrível trajetória de uma princesa negra entre a prostituição e a santidade*, romance histórico contemporâneo de Heloisa Maranhão.

Palavras-chaves: Literatura; Novo romance histórico; mulher; escrava; Heloisa Maranhão.

Abstract: This article is inserted in the debate on the relations between History and Literature, departing from the critical reading of some fictional and historical elements permeating *Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz: the amazing story of a black princess between prostitution and sanctity*, a contemporary historical novel by Heloisa Maranhão.

Keywords: Literature; New historical romance; woman; female slave; Heloisa Maranhão.

Resúmen: A este artículo se le compete el tema de la relación Historia-Literatura, desde una mirada crítica de elementos ficcionales y históricos que se hacen presentes en *Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz: a incrível trajetória de uma princesa negra entre a prostituição e a santidade*, romance histórico de Heloisa Maranhão.

Palabras-clave: Literatura; Nuevo romance histórico; Mujer; Esclava; Heloisa Maranhão.

Introdução

Qual é a melhor forma de interpretar o passado, através da história ou da literatura? Num primeiro momento podemos pensar que cada qual defenderia o seu lado, relegando a melhor forma de escrita para a sua área, de certa forma até de maneira conflituosa. Mas, podemos dizer que ambas andam juntas. No caso específico do Novo Romance Histórico que é nosso objeto de estudo, como o próprio nome já adianta, a história fornece os dados historiográficos para que o romancista construa sua narrativa. Assim, preenche com ficção as lacunas deixadas pela historiografia, a qual muitas vezes privilegia em seus textos uma visão dominante e exclusivamente masculina da história.

A partir da Nova História, de fins do século XX, apareceram diferentes problemáticas, métodos e objetos que modificaram a maneira de se estudar o passado. Desde então, outras versões históricas passam a configurar os estudos sobre o passado. Com isso pretendemos, em nosso trabalho, promover discussões em torno do romance histórico *Rosa Maria Egípcíaca da Vera*

Cruz (1997) de Heloisa Maranhão,¹ para verificar como a ficção apresenta sua versão dessa mulher escrava que foi uma exceção para o período colonial, pois, por meio do desvelamento do processo de criação da protagonista do romance, pretende-se entender aspectos da vida dessa mulher negra que foi considerada “prostituta” e “santa”, além de ter sido escrava, já que é difícil encontrar documentos deixados por elas. Para isto, é necessário deixar claro o que é uma obra de ficção, mas ela também pode ser uma possibilidade de conhecer o passado.

A narrativa ficcional é uma representação do real. No romance histórico, que segue o modelo do século XIX, a história entra como pano de fundo para a trama que vale-se de personagens ficcionalizados. A principal característica desse tipo de romance é fazer permear apenas uma voz dentro de todo o texto, que em sua maioria é de uma “celebridade” da história.

Em meados do século XX vai ocorrer uma ruptura com este tipo de romance histórico clássico, com maior intensidade a partir dos anos 80. Esta nova modalidade pode ser denominada de Novo Romance Histórico, cuja principal característica é permitir que os excluídos da história oficial permeiem pelo texto, e muitas vezes, de forma polifônica, com a escuta de múltiplas vozes.

Este vai ser o caso do romance de *Rosa Maria Egipiciaca*, que possui uma protagonista mulher, inteligente e audaciosa, de forma que consegue confortos e regalias que para o período parecem impossíveis de acontecer fora da ficção, principalmente por escravas mulheres.

O texto ficcional possibilita um novo ponto de vista sobre a sociedade do Brasil colonial, através do olhar feminino. Deste modo, Maranhão cria sua representação sobre o período, apresentando uma nova versão, pois os documentos da história foram escritos, como aponta Hutcheon pelo “homem” burguês, branco, individual e ocidental.”² E a ficção propõe a revisão da interpretação destes documentos. Ao ler o romance, com um pouco de imaginação, temos a impressão de estarmos vivenciando a época, mas a narradora-autora em vários momentos deixa claro que aquilo é uma invenção, apenas poderia ter acontecido, mantendo até algumas falas com a protagonista durante sua narração: “Nosso pai é o príncipe Ginuwa, filho de Nowa, obá do Benim. De acordo. O padre Xota esbanja proteção paternal que é o que você,

¹ A autora que usamos, Heloisa Maranhão é advogada, romancista, poeta, dramaturga e personalidade literária mencionada por várias enciclopédias. Com isso, já podemos perceber o potencial desta mulher. Fez várias peças de teatro e poesias. E dentre seus romances destacamos: *Lucrecia*, *Florinda*, *Dona Leonor Telles*, *A Rainha de Navarra*, *Adriana*. Uma autora muito elogiada.

² Linda Hutcheon, *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção* (Rio de Janeiro: Imago, 1991), 204. Mais especificamente o capítulo X: O sujeito na/da/para a História – e sua estória.

escritora, que é, quero dizer, o que eu, que sou você, sempre mais desejei das pessoas.”³

Neste ponto nos deparamos com o debate entre o discurso ficcional e o discurso histórico. O historiador tem toda uma preocupação em demonstrar a comprovação sobre sua interpretação do passado por meio da documentação, e de demonstrar a seu leitor que aquilo está o mais próximo possível do real. Já para o romancista, por se tratar de ficção, algo que poderia ter acontecido e que o leitor vai atribuir produções de sentido variado, não precisa da comprovação documental. Afinal, para se construir um bom romance histórico é necessário conhecer muito bem o fato histórico que se está relatando, necessitando de muitos estudos antes de reescrevê-lo, podendo através dele se chegar a um certo tipo de verdade, mas não é necessário ser fiel a uma comprovação. Em contraposição a história também pode ter sua parcela de ficção, pois é necessário usar da imaginação na reconstituição do passado, mesmo sendo, pelos documentos.⁴

Quando nós podemos ter acesso a documentos feitos por mulheres do período colonial? Isso é algo muito cobrado aos historiadores. O romance histórico vem suprir parte dessa lacuna deixada pela historiografia. Heloisa Maranhão, com *Rosa Maria Egípcíaca*, dá voz às mulheres negras, escravas, prostitutas e tantas outras que foram silenciadas na sociedade patriarcal, durante o Brasil colônia.

Um dos únicos documentos oficiais que comprovam a existência de Rosa Maria é o processo inquisitorial estudado por Luiz Mott, o qual não apresenta um desfecho, assim não sabemos o que realmente aconteceu com ela após a passagem pela Inquisição, ou seja, não é possível saber se ela foi condenada. Entre vários processos encontrados no arquivo este é o único que não teve um final.

Se recorrermos à legislação da época colonial, no caso, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de Dom Sebastião Monteiro da Vide, que estava sendo seguido desde 1702, pregado pela Igreja Católica, constataremos que se seguirmos a trajetória de Rosa Maria em seu processo inquisitório estudado por Mott,⁵ veremos que ela infligiu algumas leis que estavam em vigor naquele momento.

³ Heloisa Maranhão, *Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz: a incrível trajetória de uma princesa negra entre a prostituição e a santidade* (Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997), 13.

⁴ Keith Jenkins, *A história repensada* (São Paulo: Contexto, 2004), 7. Para este autor essas verdades são chamadas de “ficções úteis”, não sendo possível chegar a uma “verdade absoluta”.

⁵ Luiz Mott é um pós-doutor muito renomado, com uma série de publicações, tanto de livros quanto de artigos, nacionais, internacionais e em obras coletivas. Dentre as várias destacamos algumas: *O Sexo Proibido, Escravidão, Homossexualidade e Demonologia, A Inquisição em Sergipe, Piauí Colonial, Crônicas de Um Gay Assumido, A Cena Gay em Salvador em Tempos de Aids*. Não é à toa que escolhemos alguém com tanto conhecimento sobre o período colonial.

Essa Constituição deveria existir em todas as paróquias e seus párocos deveriam conhece-la para, através dela, ensinar de fato, a verdadeira doutrina cristã. Observamos isso nas palavras do próprio Vide: "... que os Srs. Bispos do Brasil adoptarão estas Constituições com as modificações competentes, e análogas aos usos, e costumes de suas Dioceses, devendo por outro lado cada Parochia possuir este livro indispensável."⁶ Mas talvez por essas modificações em cada região, muitos religiosos não seguiam à risca essas leis ou quem sabe não tinham conhecimento de causa.

Para tentarmos perceber um pouco essa quebra de regras, apontaremos duas leis da Constituição que parece não ter sido respeitadas por Rosa. Uma está no Livro Quarto, no Título XXX que diz o seguinte: "que nas Igrejas se não fação farças, e jogos profanos, nem se coma, beba. Durma, baile, ou fação novenas"⁷ foi afirmado por Mott que a ex-escrava para louvar a Deus dançava "profanamente" ao ritmo do batuque, de suas tradições trazidas da África. Outra seria do Livro Quinto, no Título III que reprova: "das feitiçarias, superstições, sorte, e agouros: como serão castigados os que usarem de Arte Mágica".⁸ A pena para essa acusação variava de multa, excomunhão a degredo, dependendo se o acusado for mais pobre ou de melhores bens. No Tribunal da Inquisição, esta foi uma das principais leis utilizadas para acusar Rosa.

Nas relações entre história e literatura podemos perceber que os historiadores aparecem em certa desvantagem quanto a escrita de seus textos, pois diante da natureza do texto científico, este pode se apresentar como algo mais difícil ao leitor que necessita de prática, leituras árduas, diferentemente do romance histórico, que por meio da produção artística faz o leitor "viajar" por textos prazerosos.

Também, podemos perceber, a partir do romance de Heloisa Maranhão, a relação existente entre o sagrado e o profano. Pois, Rosa Maria Egipiciaca da Vera Cruz era nome cristão da escrava. Enquanto que Xirico era o seu nome africano. A protagonista era filha de príncipe e princesa africanos, consequentemente também era princesa. Mas aqui no Brasil, quando comprada pelo seu senhor passou a condição de escrava. Considerada feiticeira, por ter tido "visões", ao mesmo tempo que era vista como "santa", por realizar alguns milagres. Neste período a Igreja procurava lapidar a vida das pessoas de forma intensa:

⁶ Ver D. Sebastião Monteiro da Costa, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (Brasília: Senado Federal, 2007), VI.

⁷ Costa, 268.

⁸ Costa, 313.

Deito-me em um canto. Mas não muito longe do padre Xota. Adormeço rápido. Quem me visita é um tal de Antônio José mencionado por Diop e que era judeu. Ah! Mas o que é isso? Encontro-me numa cela apertada com o pobre judeu pálido e abatido. Ele se dirige a mim:

- Minha senhora, isto aqui é um infecto e abominável monturo. Antro de lacraias e ratos. Este colchão que me deram para um ... descansar ... poderia eu descansar? Isso pertenceu a um infeliz leproso ... Minha sentença é odiosa. Este é o cárcere sinistro da Inquisição. Horrendo Tribunal! O réu não pode comunicar-se com quem possa defendê-lo. A golpes de tortura arrancar-se atrozes confissões. O ar me falta ... creio que morrerei nesta masmorra de fraqueza e tormento. O meu cadáver será queimado e as cinzas reduzido.⁹

Na trajetória de nosso texto veremos se as relações entre história e literatura podem ser utilizadas como um benefício para o nosso estudo, passando para a historiografia específica das mulheres escravas do período colonial, chegando à exceção do caso da escrava Rosa e finalizando com a análise do romance sobre Rosa Maria Egípcíaca. Portanto, o leitor em vários momentos encontrará menções para esta protagonista, que para nós é personagem principal, nas versões de Luiz Mott e Heloisa Maranhão.

História e Literatura: possíveis relações

A diferenciação entre a história e outros tipos de narrativas tidas como ficcionais, já é algo que vem sendo estudado desde muito tempo atrás. Na *Poética* de Aristóteles podemos perceber isso: “Não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso e prosa ... diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso, a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular.”¹⁰

Um dos pontos principais seria, então, escrever sobre aquilo que realmente aconteceu, sob uma perspectiva comprovada, e o que poderia ter acontecido, como algo mais abrangente e com maiores possibilidades imagéticas. Diante deste fio condutor, nosso estudo está permeado por essas questões ligadas a história e a literatura, com o Novo Romance Histórico, tentamos entender aquilo que os diferenciam e o que pode interligá-las.

Antes de falar sobre o texto de Heloisa Maranhão, que foi publicado em 1997, temos que entender um pouco sobre o contexto da escrita de romances e as relações entre história e literatura.

No romance histórico, as personagens estão presentes em fatos comprovadamente históricos. Esse gênero literário tem início no século XIX,

⁹ Maranhão, 170.

¹⁰ Aristóteles, *Poética* (São Paulo: Abril Cultural, 1979), 249.

sendo denominado Romance Histórico Clássico. A obra do escritor inglês Walter Scott, *Ivanhoé*, de 1819, é tida como predecessora.¹¹ No Brasil é José de Alencar, com *Iracema*, de 1865. A característica principal deste tipo de romance é a presença de apenas uma voz dentro do texto, e que em sua maioria legitima as versões historiografadas.

Já em meados do século XX, com maior intensidade na década de 1980, rompe-se com este tipo de romance clássico, entrando em cena o Novo Romance Histórico (ou romance histórico contemporâneo ou pós-moderno como aparece em alguns textos). A obra marco, no Brasil é *Catatau* (1975), de Paulo Leminski. Explicita Esteves que a mudança já havia permeado a história, pois “também muda a concepção do discurso historiográfico e da própria história, afetando uma vez mais o romance histórico, uma forma peculiar de discurso ficcional que se vale amplamente do discurso historiográfico.”¹²

Uma das principais características deste Novo Romance Histórico é a entrada de múltiplas vozes na narrativa, principalmente, voltado para os excluídos da história, aqueles que foram silenciados pelas versões já historiografadas.¹³ Assim, na década de 1990 ocorre um *boom* na publicação destes Novos Romances Históricos, multiplicando-se estes escritos sobre fatos históricos,¹⁴ escritores renomados e outros totalmente desconhecidos publicam um número expressivo desses romances. Dentre muitos, podemos citar alguns posteriores a 1991: Paschoal Motta: *Eu Tiradentes* (1991), Deonísio da Silva: *Avante soldados para trás* (1992), Assis Brasil: *Tiradentes: poder oculto o livrou da força* (1993), Paraguaçu e Caramuru: *paixão e morte da nação tupinambá* (1995), Rachel de Queiroz: *O memorial de Maria Moura* (1993), José Roberto Torero: *Galantes memórias e admiráveis aventuras do virtuoso Conselheiro Gomes, o Chalaça* (1994), Godofredo de Oliveira Neto: *O bruxo do Contestado* (1996), Alexandre Raposo: *Inca: a saga da América pré-colombiana* (1997).¹⁵

Nesta mesma década, Heloisa Maranhão publica *Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz*, que narra a história de uma mulher negra, escrava, que de prostituta passa a ser considerada santa por muitos devotos. O romance representa um novo viés ficcional e histórico, pois se trata de uma mulher que fugiu às regras de seu tempo.

¹¹ Antônio R. Esteves, “O novo romance histórico brasileiro,” in L. Z. Antunes, org., *Estudos de literatura e linguística* (São Paulo: Assis: Arte & Ciência, 1998), 128, e Vera F. de Figueiredo, “Da alegria e da angústia de diluir fronteiras: o romance histórico, hoje, na América Latina,” in *Cânones e contextos*. Anais do 5º Congresso ABRALIC (Rio de Janeiro, 1998), 180.

¹² Esteves, 131.

¹³ Esteves, 133.

¹⁴ Ver Letícia Malard, “Romance e história,” in *Revista Brasileira de Literatura Comparada* 3, 1996.

¹⁵ Esteves, 156-157.

As relações entre história e textos ficcionais, já vem sendo discutidas desde a antiguidade. Mas hoje que cada vez mais estudiosos tentam entender essas possíveis relações, havendo aqueles que defendam outros que critiquem as aproximações das duas áreas do conhecimento. Discutindo o que há em comum entre a ficção e a realidade, Pesavento comenta que:

Para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta. Ou seja, a leitura da literatura pela história não se faz de maneira literal, e o que nela se resgata é a representação do mundo que comporta a forma narrativa. Aliás, pode-se argumentar que, segundo esta postura, a história também não é possível de uma leitura literal, sendo ela também uma representação do real e comportando, pois, a atribuição de um sentido.¹⁶

Estamos cientes que já caiu por terra a visão de que a história comporta uma verdade absoluta, pois não temos como afirmar com certeza que, mesmo através de métodos científicos, chegaremos ao que de fato aconteceu. Porém, precisamos estabelecer no que vamos realmente acreditar, como nos mostra Jenkins “a verdade age como um censor: estabelecendo limites. Sabemos que tais verdades não passam de “ficções úteis” que estão nos discursos graças ao poder ... A verdade evita a desordem”.¹⁷ Através da História Cultural e dos Novos Romances Históricos também há o resgatar do passado, cada qual abarcando seu determinado tipo de verdade. A literatura vem desmistificar a versão única da história.

O que talvez trás incômodo para a história é que a literatura pode ser considerada como uma concorrente neste resgate do passado, afinal em ambas permeia o discurso: “A literatura pertence a categoria do discurso relativo ao imaginado e a história do discurso baseado no real, mas é a escrita, presente em ambas, que dá significado aos eventos. Os acontecimentos são reais não porque aconteceram, mas porque são lembrados e representados através da narrativa.”¹⁸

Tanto a literatura como a história valem-se da mesma matéria-prima: o discurso. Para Pesavento “a narrativa histórica pertence, para ele, ao mundo

¹⁶ Sandra J. Pesavento, “Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional,” in Jacques Leenhardt e Sandra J. Pesavento, orgs., *Discurso histórico e narrativa literária* (Campinas: UNICAMP, 1998), 34.

¹⁷ Jenkins, 59.

¹⁸ Tatiana B. Alves, “Literatura e história como reinvenções do passado,” in *Dubito Ergo Sum – Sítio Cético de Literatura e Espanto* 6 (2002), 3.

do que aconteceu, enquanto que o domínio da ficção corresponde ao relato do que poderia ter acontecido”.¹⁹ A história está pautada na documentação que faz a comprovação daquilo que o historiador escreve e entende do passado, e estabelece, por este tipo de prova, a ligação com o que de fato aconteceu, enquanto que nos romances há o preenchimento das lacunas deixadas pelos historiadores com a fantasia, ou seja, uma versão diferente. Assim, o tempo é visto como uma forma distinta para ambos os casos. O tempo na história precisa ser cronológico, ter uma certa sequência, para que seu discurso possa ser compreendido e tenha lógica. Já na ficção, pode ser anacrônico, ou seja, não precisa exatamente ser sequencial, pode ser escrito sobre um período, sendo colocado a ele, outro completamente diferente, indo e voltando no que consideramos como passado, presente e futuro.²⁰

Nos Novos Romances Históricos é comum a busca pela identidade individual, tentando reconstruir através da memória o que houve no passado para que a partir daí, as pessoas possam, minimamente, entender seu passado. Podemos notar que as perspectivas são diferentes daquilo que vinha sendo feito no romance clássico, quando os protagonistas eram heróis da elite, permeados pela cultura europeia, tida como superior às outras, buscando uma identidade nacional para o povo brasileiro. Porém, uma nação não é constituída apenas por pessoas economicamente privilegiadas e, isso faz com que no Novo Romance Histórico a perspectiva de relatar os grandes acontecimentos, seja deixada de lado, voltando-se para o cotidiano de pessoas comuns, da esfera popular, que também são muito interessantes,²¹ para a partir disso mostrar que o Brasil é constituído por muitos rostos, religiões, classes sociais, etnias, etc.

Algo também muito discutido entre as duas áreas do conhecimento é a questão da verdade, da mentira, da ficção, da imaginação e da verossimilhança. Hoje, na História Cultural sabe-se que não pode o historiador chegar a uma verdade total e absoluta dos fatos que se passaram, há sim, determinados pontos de vista sobre estes acontecimentos, que a qualquer momento podem ser revistos e reelaborados. Entretanto, para a história existe um determinado tipo de verdade, pois nela há comprovação por meio dos documentos que se vale, através deles pode haver a prova de que aquilo realmente aconteceu. Concordamos com a alegação de Alves: “A verdade histórica, então será medida pela sua credibilidade, pelos fatos selecionados e pela pesquisa documental. Tem-se uma memória

¹⁹ Sandra J. Pesavento, “Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura,” in *Revista de História das Idéias* 21, (2000), 34.

²⁰ Dirce C. Riedel, org., *Narrativa: ficção e história*. (Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988), 25.

²¹ Sobre identidade nacional nos referimos aos seguintes textos: Alves, 4; Pesavento, 44; Esteves, 141; Malard, 145; Marilene Weinhardt, “Considerações sobre o romance histórico,” in *Letras* 43, (1994), 51.

fabricada, mas autorizada pelo discurso científico. Já a verdade literária caminha com a liberdade construtiva e com a imaginação ampla do autor, provocando uma modalidade de leitura diferente do discurso histórico.”²²

Para a literatura esta verdade é muito mais flexível, pois não é preciso ter a comprovação na documentação. A criatividade pode ser utilizada de forma ampla, mas não que seja completamente uma “invencionice”. É preciso ser realizado um estudo muito aprofundado sobre aquilo que vai estar contido no romance histórico. Llosa enquadra em dois grupos distintos essa busca pela verdade quando ressalta: “Esa verdad histórica es indispensable e insustitible para saber lo que fuimos y acaso lo que seremos como colectividades humanas. Pero lo que somos como individuos y lo que quisimos ser y no pudimos serlo de verdad y debimos por lo tanto serlo fantaseando e inventando – nuestra historia secreta – solo la literatura lo sabe contar.”²³

A história liga-se mais a uma coletividade, enquanto que a literatura volta-se mais para o individual e pessoal, visão contrária ao pensamento aristotélico. As mentiras ou omissões também se fazem necessárias, só que devem ser pensadas de forma ética, que não omita o que deva ser registrado. Pois não conseguimos realizar um estudo totalizador.

Se atribuímos um pouco de ficção à história, devemos considerá-la como Pesavento define: “Ficção controlada, porque a história aspira ter, em sua relação de “representância” com o real, um nível de verdade possível. Se não mais aquela verdade inquestionável, única e duradoura, um regime de verdade que não se apóie num desejável e íntimo nível de aproximação com o real.”²⁴

O que muitos ficcionistas e até historiadores querem, é que seja quebrado este preconceito para com a ficção, pois a rivalidade entre essas disciplinas, muitas vezes, se mostra muito forte. Uma não admite que outra possa ter coisas em comum e que são áreas completamente distintas que não podem se interligar. Se formos pensar desta forma onde fica a interdisciplinaridade que se é pretendida nas ciências humanas?

A imaginação vai ter que aparecer também no texto histórico, afinal, o historiador precisa estabelecer que fontes irá utilizar e para fazer com que haja um diálogo com a bibliografia, é necessário imaginar uma relação entre elas. Não só imaginar, mas ter também criatividade. Sem que haja uma total liberdade criadora (como acontece nos romances): “As relações entre a literatura e a história mostram que os fatos ficcionais possuem plausibilidade histórica e os fatos históricos carregam marcas do imaginário, entretanto, literatura e história

²² Alves, 9.

²³ Mario Vargas-Llosa, “La verdad de las mentiras,” in *Ensayos sobre literatura*. (Barcelona: Seix Barral, 1996), 18.

²⁴ Pesavento, 39.

não perdem suas características fundamentais, isto é, não há nenhuma anulação total do documentário ou do imaginário, nem uma total mistura dos dois, pois se isto acontecer tratar-se-á de uma proposta sem sucesso.”²⁵

Juntamente a isto, apresentado por Alves temos a verossimilhança, onde pode ser dada outra opinião ao que já está estabelecido, aproximando-se de uma verdade, pois “o verossímil é a modalidade intermediária, mediadora, necessária destas construções tanto nas representações visuais como naquelas que se apóiam na linguagem.”²⁶ É uma verdade de forma mais flexível que pode ser revista, mas que trás sua contribuição para o entendimento daquilo que está sendo proposto no estudo.

Um historiador defensor da ideia de que os laços entre história e literatura se mostra estreito é Paul Veyne, onde defende que “... os historiadores narram acontecimentos verdadeiros que têm o homem como actor; a história é um romance verdadeiro”.²⁷ Busca-se no passado que é obscuro, sendo evidenciado pelos documentos, mostrar a ação dos homens tornando-os vivos, através de uma narrativa de acontecimentos verdadeiros. E a objetividade histórica somente pode ser revelada numa análise literária.²⁸

Por que fugir e criticar tanto essa questão de poder considerar essa ligação entre história e literatura como algo benéfico? Até mesmo essa idéia de “romance verdadeiro” defendida por Veyne, pode ser uma forma de, sem menosprezar a história, propor a ela uma nova versão.

Outro autor que não podemos deixar de mencionar é Hayden White,²⁹ pois ao que tudo indica, estamos indo de encontro ao seu pensamento. Assim, para o teórico é preciso que aconteça uma renovação teórica e metodológica na historiografia, pois se pretendemos compreender o passado através da interpretação de outras pessoas que nele estiveram, não é possível simplesmente fazer isso através de um método científico. Mas como indica Ferreira “nossa atividade intelectual seria ao mesmo tempo poética, científica e filosófica.”³⁰

Um dos pontos principais seria, portanto, diminuir as barreiras existentes entre conceitos como ficção e verdade, consequentemente, entre literatura e história, “significa admitir que toda forma de conhecimento contém elementos de imaginação e ficção, que a poesia não é o seu elemento oposto,”³¹ isso sem menosprezar o valor do discurso da história.

²⁵ Alves, 2.

²⁶ Leenhardt, 43.

²⁷ Paul Veyne, *Como se escreve a história* (Lisboa: Edições 70, 1971), 10.

²⁸ Veyne, 257.

²⁹ Hayden White, *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura* (São Paulo: Editora da USP, 2001). Mais especificamente o capítulo III: O texto histórico como artefato literário.

³⁰ Antônio C. Ferreira, “História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares,” in *Pós-História* (São Paulo: Assis, 1993), 29.

Apesar de muitas críticas dos historiadores lançadas para essa nova maneira de pensar essas disciplinas, dizendo eles essa posição de White ser extremista, nós defendemos que as contribuições – levando em conta suas diferenças – entre as áreas, podem trazer algo de positivo. Senão, não seria vantagem continuar esse estudo. Ainda mais uma ressalva faz Ferreira: “Desse modo, as novas investidas da teoria literária podem contribuir para a renovação da historiografia e vice-versa, uma vez que ramos desta, por seu turno, buscam *insights* literários para refletir sobre as formas de escrita e de mensagem histórica. Seja neste ou naquele domínio, está em jogo a concepção científica que herdamos do século XIX, edificada na crença na referencialidade, na verdade, na objetividade e no realismo.”³²

Portanto, a literatura está trazendo uma versão diferente para a história. Mesmo que tenhamos que aceitar essa nova forma, através da maneira tão provocativa assumida por White.

Vejamos então, como encontraremos o contexto colonial. Período na qual viveu a escrava Rosa.

As mulheres escravas no Brasil do período colonial

A bibliografia existente sobre as mulheres que viviam na colônia brasileira, no século XVIII, nos mostra que o ideal para elas era *servir e procriar*. Tanto as brancas servirem seus pais e maridos, quanto as negras servirem a seus senhores e senhoras, ambas fazendo com que a prole aumentasse. Mas não podemos fazer generalizações, nem todas elas seguiam isto à risca. A historiografia que existe desse período sobre a mulher remete a uma visão masculina, e às vezes, era somente a partir do rompimento que elas tornar-se-iam fontes e matéria da dinâmica social,³³ pois o espaço que lhe era reservado resumia-se ao privado. Como podemos perceber a história das mulheres aos poucos foi tomando consistência e reconhecimento.

Não podemos deixar de mencionar a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, que como ressalta Diehl foi considerada “um marco da historiografia brasileira, iniciador da história social e cultural.”³⁴ Freyre vai seguir não pelo caminho das perspectivas tradicionais de 1930, mas para além disso, saiu em defesa da miscigenação do povo brasileiro do período colonial, e essa nova visão como sendo algo positivo.

³¹ Ferreira, 30.

³² Ferreira, 37.

³³ Ferreira, 224.

³⁴ Astor A. Diehl, *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930* (Passo Fundo: Ediupe, 1998), 182.

Não estava Freyre disposto a escrever uma história seguindo os pressupostos somente da política e da elite. Diehl evidencia também que “vem daí a proposta do autor sobre a necessidade de libertar-se do limitado conceito de se escrever o passado como simples narrativa política e administrativa”,³⁵ não era somente a partir desses documentos oficiais que se conseguiria escrever a história, mas “para os propósitos e dificuldades de buscar o fator miscigenação, nesse caso, o cotidiano, a literatura e testemunhos de viajantes ofereceram vantagens sobre os documentos oficiais e arquivos de administração”.³⁶ Porém, os críticos de sua obra, apontam para que a visão desses viajantes, assim como poderiam ser honestas, podem ser superficiais e/ou preconceituosas. Mas não podemos negar a grande contribuição de Freyre que teve como professor e orientador Franz Boas.

Nesta obra clássica sobre o período colonial, Freyre nos dá um panorama geral sobre as relações entre senhores (as) e escravos (as). Mas devemos lembrar que ele escreveu o texto em 1933, ou seja, com uma visão bem diferente da que temos hoje, porém isso não é um obstáculo para lermos a obra, ela é de essencial importância. Freyre fez várias menções em seu livro sobre as mulheres escravas, delineando os papéis que elas ocupavam que, muitas vezes, poderia ser a de amante dos seus senhores,³⁷ submetendo-se aos deleites, forçadas pelos donos (sem vontade das escravas), tendo que ganhar a vida dessa maneira. Encontramos também, menção ao lugar de onde veio Rosa, o reino de Benim: “Sudão Ocidental – outra área de interpenetração de culturas, a negra propriamente dita e a maometana; região de grandes monarquias ou reinos – Daomei, Benim, Axanti, Haúça, Bornu, Ioruba; sociedades secretas de largo eficiente domínio sobre a vida política; agricultura, criação de gado e comércio; notáveis trabalhos artísticos de pedra, ferro, terracota e tecelagem; fetichismo e maometismo.”³⁸

Pelo pouco que se conhece sobre a região, podemos perceber que deveria ser uma sociedade bem organizada, mas que teve esse convívio harmonioso destruído pelos europeus. Ficamos a imaginar como deve ter sido, para as pessoas que ali viviam esta separação forçada da família e do lugar onde moravam, sendo obrigadas a aceitar uma outra religião, costumes, cultura, linguagem etc., em um lugar estranho e com pessoas estranhas, que por possuírem quantidades maiores de bens materiais e por serem ociosos, queriam possuir a seres humanos também: “A escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil. Dentro de tal ambiente,

³⁵ Diehl, 187.

³⁶ Diehl, 188.

³⁷ Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* (Rio de Janeiro: Record, 2000), 364.

³⁸ Freyre, 366.

no contato de forças tão dissolventes, seria absurdo esperar do escravo outro comportamento senão o imoral de que tanto o acusam.”³⁹

Após serem retiradas de sua terra de origem, a travessia da África para o Brasil ora, no mínimo, traumatizadora. A comida e a água eram escassas, as condições de higiene inexistentes e a mortalidade se mostrava alta devido a essas péssimas condições e, elas duravam o tempo de “cinquenta dias e cinquenta noites”⁴⁰ como bem salienta Mott. Ao chegar aqui, muitos africanos e africanas, inclusive crianças, não sabiam que destino teriam, Del Priore e Venâncio apontam alguns lugares que eles poderiam ocupar: “Os encontramos exercendo as funções de oficiais da casa de caldeira, purgadores, no serviço da enxada, como trabalhadores da casa de caldeira, do serviço de moenda ou horta, como carreiros, carapinas, pedreiros, arrais de saveiros, costureiras, bordadeiras, lavadeiras, entre outros. Tratá-los como “objeto” era natural, regra, aliás, seguida pela Igreja Católica, que os possuía em seus conventos e propriedades.”⁴¹

Eram eles que realmente trabalhavam, enquanto os seus senhores poderiam viver opulentos e ociosos, depravando-se sexualmente com as escravas que possuíam em casa, contagiando-as, muitas vezes, com o que conhecemos hoje por doenças sexualmente transmissíveis, como destaca Freyre, “foram os senhores das casas-grandes que contaminaram de lues as negras das senzalas. Negras tantas vezes entregues virgens, ainda mulecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres da sífilis das cidades.”⁴² Pensavam que praticando sexo com virgens seriam curados da doença., isso explica a grande quantidade de doenças, como a sífilis, entre as pessoas no tempo da escravidão. Um velho ditado sobre as mulheres, que estabelece um padrão radical – mas se estava se espalhando entre o povo poderia ter algo de sensato ou verdadeiro – é “branca pra casar, morena pra foder, negra pra trabalhar,”⁴³ frase que com certeza foi feita e difundida por uma cultura de homens brancos.

Como as escravas eram consideradas objeto, e seu próprio corpo não lhes pertenciam, elas serviam sexualmente a seus senhores, já que não tinham a obrigação de praticar sexo somente para procriação. Muitas vezes elas dependiam da prostituição para sobreviver. Isso só reforça a legitimação da dominação masculina. Podemos observar isso na afirmação de Giacomini: “a possibilidade da utilização dos escravos como objeto sexual, só se concretiza

³⁹ Freyre, 371.

⁴⁰ Mott, 15.

⁴¹ Mary Del Priore e Renato Venâncio, *O livro de ouro da história do Brasil* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2001), 62-63.

⁴² Freyre, 373.

⁴³ Ronaldo Vainfas, “Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista,” in Fernando Novais, org., *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa* (São Paulo: Companhia das Letras, 1997), 240.

para a escrava porque recaem sobre ela, enquanto mulher, as determinações patriarcais da sociedade que determinam e legitimam a dominação do homem sobre a mulher.⁴⁴ Este estudo foi feito por Giacomini tendo como fontes jornais do Rio de Janeiro do século XIX, especificamente com as escravas urbanas.⁴⁵ Nós devemos tomar cuidado com as generalizações, mas como chegamos às escravas e as percebemos de forma fragmentada, devemos levar em consideração todas as possibilidades.

As mulheres escravas também foram exímias contadoras de histórias, pois como a maior parte do tempo as crianças de seus donos ficavam em sua companhia, traziam um pouco de sua cultura africana a elas, como sugere Freyre: “Por intermédio dessas negras velhas e das amas de menino, histórias africanas, principalmente de bichos – bichos confraternizando com pessoas, falando com gente, casando-se, banquetecendo-se ... quase todas histórias de madrastras, de príncipes, gigantes, princesas, pequenos-polegares, mouras-encantadas, mouras-tortas”.⁴⁶

Nada como de vez em quando, entrar no “mundo da imaginação” para tentar fugir de uma realidade dura e injusta. Outro ponto positivo foi o “amaciamento” da linguagem portuguesa que tinha sua dicção truncada, pela adoção da influência africana, como é o caso de “cacá, pipi, bumbum, tentém, neném, tatá, papá, papato, lili, mimi, au-au, bambanho, cocô, dindinho, bimbinha”,⁴⁷ expressões que deixaram as palavras bem melhores de serem ouvidas, e que as vezes, dizemos hoje sem perceber ou esquecemos que elas se originaram com as(os) africanas(os). Outra contribuição significativa foi na culinária, “o escravo africano dominou a cozinha colonial, enriquecendo-a de uma variedade de sabores novos”,⁴⁸ trazendo o azeite-de-dendê, acarajé, vatapá, caruru, dentre outros; muito apreciados e difundidos principalmente na cozinha baiana.

A religião, que era algo forte para o período, mostrava-se entre o sagrado e o profano, ou seja, entre a religião oficial, que era da Igreja Católica, e os rituais africanos, trazidos na travessia do mar. Freyre salienta que “não pergunta aos escravos se querem ou não ser batizados, a entrada deles no grêmio da Igreja Católica é considerada como questão de direito”,⁴⁹ um belo direito imposto! Mas eles não abandonavam totalmente as religiões que seus antepassados seguiam na África: calundu, as mandingas, os patuás, as simpatias, as danças,

⁴⁴ Sonia M. Giacomini, “Ser escrava no Brasil,” in *Estudos Afro-Asiáticos* 15, (1988), 153.

⁴⁵ Giacomini, 145.

⁴⁶ Freyre, 386.

⁴⁷ Freyre, 387.

⁴⁸ Freyre, 504.

⁴⁹ Freyre, 408.

os rituais, a feitiçaria etc., praticavam seus ritos de maneira secreta, sem que muitas pessoas pudessem ver e denunciar ao Tribunal do Santo ofício.⁵⁰

Podemos perceber essa africanização no catolicismo, com o exemplo de Rosa Maria Egipcíaca, que muitas vezes entre a adoração a Cristo realiza frenéticas danças ao ritmo do batuque. E sobre as escolhas das mulheres brancas poder-se-iam resumir ao casamento ou a clausura,⁵¹ com as escravas a seu serviço. Porém Rosa fugiu a essa regra, fundando ela mesma um recolhimento na qual foi a matrona e até considerada como santa.

Para as mulheres brancas a maternidade era o ideal para o período poderia ser um meio de exercer certo tipo de poder. Del Priore nos aponta que “a prole permitia à mulher exercer, dentro do seu lar, um poder e uma autoridade dos quais ela raramente dispunha no mais da vida social”.⁵² Se na parte pública era difícil a participação das mulheres, dentro de casa, para com seus filhos (as) a mãe poderia se mostrar, muitas vezes, superiora. Mas a figura do pai também era mantida com muito “respeito”, afinal o sistema ainda era o patriarcalista.

Já para as escravas das casas grandes, nas fazendas, era necessário o aumento da prole para ter mais mão-de-obra nos diversos trabalhos existentes. Porém, para algumas escravas urbanas o ideal da maternidade era negado a ela própria, sendo preciso servir a suas senhoras como amas-de-leite. Giacomini evidencia essa prática: “para que a escrava se tornasse em mãe-preta da criança branca, foi-lhe bloqueada a possibilidade de ser mãe de seu filho preto.”⁵³ Negavam, portanto, sua condição de mulher, tendo que amamentar o filho alheio.

Neste contexto, encontramos mulheres que transgrediam as leis estabelecidas, como podemos observar com o caso de Rosa Maria Egipcíaca. Pois a sociedade patriarcalista e a Igreja não eram “respeitadas”, como nos demonstra Silva “a população feminina da colônia transgredia, tal como a masculina, as leis civis e as normas eclesiais e, quando denunciadas e acusadas, recebiam a pena correspondente ao crime cometido”.⁵⁴ Foi dessa forma que a voz de muitas mulheres pode chegar até nós, através de processos de acusação contra elas. Mas não podemos esquecer que esses documentos

⁵⁰ Podemos perceber essas convergências e diferenças em Luiz Mott, “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu,” in Fernando Novais, org., *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa* (São Paulo: Companhia das Letras, 1997).

⁵¹ Leila M. Algranti, *Honradas e devotadas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1999), 47.

⁵² Mary Del Priore, *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1995), 18.

⁵³ Giacomini, 150.

⁵⁴ Maria B. N. da Silva, “Mulheres na colônia: uma história a ser escrita,” in *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica* 18, (2000), 11.

são permeados pela voz masculina, principalmente dos inquisidores do Santo Ofício. Neste sentido é preciso entender as entrelinhas do que se encontra nesta documentação oficial.

O difícil é entender a história das mulheres do século XVIII, já que a documentação deixada por elas próprias é escassa. E como não estava permitido a elas aprenderem a ler e a escrever, o que nos ajuda nessa tentativa de compreensão são os “fragmentos de discursos” em alguns casos deixados por elas, mas que muitas vezes passavam pelas mãos dos homens, que podiam manipulá-los e maquiá-los de maneira que ficasse aceitável para a sociedade.⁵⁵ E é sobre isto que devemos nos focalizar como acrescenta Dias: “todo um caleidoscópio de pequenas referências esparsas, pingando em profusão das mais disparatadas fontes, atesta a sua presença ostensiva, porém de modo fragmentário, pouco deixando entrever sobre os modos de inserção na sociedade da época”.⁵⁶

Mas sabemos que as mulheres estavam lá nesse período, mesmo que percebamos isso através de fragmentos e com predominância da visão masculina sobre elas, como ressalta Dias, devemos “ lutar contra o plano dos mitos, normas e estereótipos.”⁵⁷

Os estudos que colocam as mulheres coloniais exercendo seu poder, tentando conquistar espaço para aparecer na historiografia ou simplesmente como forma de sobrevivência, vêm crescendo nos últimos anos, como podemos observar no caso de Dias, com seu estudo do cotidiano e poder das mulheres em São Paulo: “A urbanização de São Paulo não envolveu, de imediato, a ascensão social de uma burguesia europeizada, nem a formação de uma classe de assalariados livres. Entretanto, a multiplicação de mulheres pobres, escravas e forras, sobrevivendo do artesanato caseiro e do pequeno comércio ambulante, faz parte da consolidação da economia escravista e do processo, concomitante, de concentração das propriedades e da renda.”⁵⁸

Mesmo não aparecendo para nós de forma explícita como realmente era a vida dessas mulheres, tentamos ler as entrelinhas dos vestígios deixados por elas, apesar da forma fragmentada e sem contar com a ajuda da oralidade, continuamos a estudá-las.

Algumas vezes a religião pode entrar como aliada para uma aprendizagem básica de leitura e escrita no interior das clausuras nos tempos coloniais. Algranti delimita três tipos essenciais de escritas que foram deixadas por reclusas: a

⁵⁵ Maria O. L. da S. Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (São Paulo: Brasiliense, 1995), 19; Del Priore, 227.

⁵⁶ Dias, 26.

⁵⁷ Dias, 13.

⁵⁸ Dias, 15.

primeira é a escrita doméstica e institucional dos registros de entrada aos livros de cozinha, nessas fontes seriadas podem demonstrar como poderia ser o cotidiano, o grupo social, sobre a alimentação etc.; o segundo tipo são as correspondências particulares e as cartas aos confessores, acabavam através destas, relatando passagens de suas vidas, esclarecendo entre muitas coisas a cultura religiosa da época; e o terceiro tipo de escrita são as biografias e autobiografias de religiosas, uma escrita de caráter devocional, apesar de enaltecer, na maioria das vezes, somente o que era permitido perante a Igreja. Este é um material que fornece uma rica fonte histórica, pois é destinado a um possível estudo posterior.⁵⁹

A partir desses fragmentos da história das mulheres, como é o caso de Rosa Egipcíaca, considerada a primeira mulher escrava a deixar algo escrito, podemos realizar nossos estudos. Mas como as fontes são escassas e as lacunas várias, muitas delas (talvez a grande maioria) não podem ser ouvidas e estudadas hoje, porque não sabiam ler e escrever, sendo impossível deixar-nos relatos, submetendo-se ao que os homens pensavam e escreviam sobre elas.

Para finalizarmos, também é necessário retomar alguns elementos do lugar onde elas viviam: Minas Gerais, local em que Rosa viveu, tanto no romance histórico quanto na historiografia; e em Pernambuco, local onde morou somente no romance histórico, tentando reconstituir em linhas gerais estes espaços, para compreendermos melhor como foi a vida desta protagonista escrava.

O que a historiografia, pós anos 80, vem tentando modificar é a visão de que a mulher foi sempre dominada pelo homem. Almeida ressalta que novos estudos vêm “tentando desconstruir estereótipos e apresentando mulheres de carne e osso que se moveram na colônia, várias delas ganhando a vida, sustentando a família, administrando propriedades, dominando os homens”.⁶⁰ E ainda podemos completar com a seguinte frase “não devemos crer ingenuamente que todo o comportamento feminino seguiu a norma, ou que, pelo contrário, abandonou-a por completo.”⁶¹ Era por meio dessas transgressões que estas mulheres moradoras em Pernambuco, pobres e escravas, apareciam na historiografia. Mas para quem fazia qualquer coisa pela sua sobrevivência e que não detinha de bens materiais para isso, acabava infringindo as regras e se sobressaindo aos homens, tendo que se virar as próprias custas e sorte.

⁵⁹ Algrati, 6-9.

⁶⁰ Suely C. C. de A. Almeida, *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português, XVI-XVIII* (Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005), 58. Capítulo II: Eva dos Trópicos: condição feminina na capitania de Pernambuco.

⁶¹ Almeida, 59.

Assim, em Minas Gerais – cujo século XVIII tem o seu auge a extração de ouro – mulheres, principalmente as mais pobres e escravas, encontravam maneiras de sobrevivência que transgredia às leis que lhes eram impostas pelo sistema masculino. Figueiredo define bem o contexto das mulheres mineiras:

A história das mulheres em Minas Gerais misturava em doses equilibradas elementos de extrema originalidade. De um lado, ao investigar essa história, descortina-se um universo de significativa participação das mulheres nas práticas sociais e na economia, ao contrário do que sempre pareceu constituir submissão e passividade, outrora marcas da presença feminina na história do Brasil. Por outro lado, ao revelar imagens opostas à tradição, as mulheres mineiras não diferem em termos significativos das mulheres na sociedade paulista ou no Rio de Janeiro, nas capitânias do nordeste ou mesmo em Portugal.⁶²

O que difere esta região das demais talvez seja a grande quantidade de protestos e violência que aconteceram ali, “motins contra impostos, revoltas envolvendo levantes armados, batalhas, destruição de propriedades, formação de quilombos e revoltas escravas, ataques de índios bravos, inconfidências”.⁶³ E sabemos o quanto a vontade de enriquecer influi sobre estas formas de violência. Se hoje em dia as pessoas de ambos os sexos realizam os maiores sacrifícios possíveis por mínima quantidade de dinheiro, talvez para a época, pelo ouro ser tão valioso, assim como hoje ainda é, as pessoas faziam de tudo para consegui-lo, principalmente as (os) escravas(os), para enfim tentar conseguir sua liberdade.

Mas o que almejavam, talvez a maioria das (os) escravas (os) das Minas era conquistar sua carta de alforria. E para isso era preciso ascender economicamente, pois, senão do que valeria sua liberdade? Após conseguir alforriar-se era necessário um lugar que oferecesse aparatos para uma ascensão, e a região mineira talvez atendesse a essas características, já que nela foi encontrado ouro. Pois como lembra Paiva “as possibilidades oferecidas pelo universo econômico das Minas serviam como alicerce para o futuro dos libertos”⁶⁴

⁶² Luciano Figueiredo, “Mulheres nas Minas Gerais,” in Mary Del Priore, org., *História das mulheres no Brasil* (São Paulo: Contexto, 2006), 184.

⁶³ Figueiredo, 135.

⁶⁴ Eduardo F. Paiva, *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos* (São Paulo: Annablume, 1995), 113.

Paiva faz sua análise através de testamentos, tentando encontrar neles referências às mulheres escravas. Muitas vezes elas conseguiam conquistar sua liberdade, tendo filhos com os senhores, pois estes ao morrerem, muitas vezes, alforriavam além desses filhos “bastardos” também suas mães, garantindo até bens materiais para sobreviverem após serem livres.⁶⁵

Porém, mesmo que conseguissem alcançar essa tão desejada liberdade, estavam sempre imbuídas nesse sistema escravista nos séculos da colonização, carregariam o “estigma da cor e da origem”, como bem salienta Paiva.⁶⁶ Isso elas não tinham como modificar.

E se fizermos uma ponte entre o período da escravidão e os dias atuais, percebemos que o preconceito racial ainda aparece em muitos ambientes e classes sociais. Ainda temos que melhorar em muita coisa. Não são todas as pessoas que aceitam ter um passado em que escravas(os) derramaram suor e sangue na construção do nosso país.

Especificando ainda mais, passaremos agora para a exceção que é o caso dessa escrava, que foi desde prostituta à santa e “flor do Rio de Janeiro”. É difícil, muitas vezes, reconhecer esse nosso passado, cuja escravidão está estampada e, infelizmente, ainda parece não ter chegado ao fim.

A historiografia sobre Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz

A biografia – bem como o romance – tem sido considerada fonte para a história e, através dela, tenta-se conhecer melhor o ser humano, pois “a razão mais evidente para se ler uma biografia é querer conhecer uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ela viveu”.⁶⁷ Através da biografia de Rosa, pode-se conhecer um pouco mais a vida de escrava, bem como o contexto histórico da sociedade brasileira colonial, do século XVIII. Isso inclui a escravidão, a sociedade aurífera das Minas Gerais, o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro e a forte religiosidade do período.

Mas, não é somente na história que a biografia é utilizada, Vavy nos lembra que: “Percebe-se também as relações da biografia com outras áreas do conhecimento. O laço mais antigo é com a Literatura; esta trabalha com a multiplicidade de pessoas que cada um é, interessa-se por qualquer homem (o chamado homem comum) e não apenas pelo “grande personagem”, trabalha de várias formas o papel do imaginado ou do vivido. Assim, a distância entre História e ficção literária é por vezes sutil.”⁶⁸

⁶⁵ Paiva, 122.

⁶⁶ Paiva, 156.

⁶⁷ Vavy P. Borges, “Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia,” in Carla B. Pinsky, *Fontes históricas* (São Paulo: Contexto, 2006), 215.

⁶⁸ Borges, 214.

Para além da versão histórica sobre a vida de Rosa Egipcíaca, Heloisa Maranhão escreve um romance sobre esta protagonista, intitulado *Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz: a incrível trajetória de uma princesa negra entre a prostituição e a santidade*, que será nossa fonte mas voltaremos mais tarde para este romance histórico.

Falaremos agora sobre a historiografia de Rosa Maria Egipcíaca, que se encontra no livro de Luiz Mott, intitulado *Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil*.

Foi em 1983 que Mott encontrou os dois processos inquisitoriais: de Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz e do Padre Francisco Gonçalves Lopes, na Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal. Estes eram constituídos de mais de 350 páginas, com os pareceres de várias testemunhas, juntamente com 55 cartas, tanto de Rosa e suas escribas quanto do padre Francisco (ambos em correspondência com a família Arvelos, na qual mantinham contato e lastimavam muito). Mott tendo isto como fonte, mais uma vasta bibliografia, desenhos sobre o período e fotos de alguns lugares por onde passou a escrava, deu formato ao seu livro de 750 páginas.

Rosa foi trazida para o Brasil no ano de 1725, com 6 anos, advinda da “Costa do Judá, nação courana”. Pouco se sabe sobre este lugar, diante da documentação escassa deste período e local. Provavelmente a escrava fora vendida após alguma batalha entre nações vizinhas. Sobre seus parentes, nada se sabe, tanto que nem aparece no processo nenhuma menção de Rosa a seus familiares. A travessia durava em média 50 dias e 50 noites, até chegar ao Rio de Janeiro, a qual deve ter sido em condições sub-humanas, sem a mínima possibilidade de higiene, apenas esperando para ver que destino cada qual teria e quem os compraria. Podemos imaginar a tragicidade de serem arrancados de seus familiares, deixando tudo para trás e entrar em um país completamente novo e incerto.⁶⁹

No Rio de Janeiro, seu primeiro proprietário foi José de Souza Azevedo, que a batizou na Igreja da Candelária – na qual não há nenhum registro desse batismo – mais tarde foi vendida para as Minas Gerais, depois de ser “desonestada” pelo seu primeiro dono. Após andar aproximadamente 500 km – sendo esta a segunda viagem mais longa da vida dessa escrava – foi comprada por Dona Ana Garcês de Moraes, nas dependências do Infecionado, a quatro léguas de Mariana. Em 1733 a extração de ouro estava em seu auge e a entrada de escravos para sua retirada aumentava dia-a-dia.⁷⁰ Prostituiu-se dos 14 aos 29 anos, era uma “escrava de ganho”. Assim entregava grande parte de seu lucro a sua dona e o restante comprava roupas, enfeites, jóias.⁷¹ Seu terceiro e

⁶⁹ Mott, 13-16.

⁷⁰ Mott, 16-26.

⁷¹ Mott, 34-39.

último dono foi o padre Francisco Gonçalves Lopes, mais conhecido como Xota-diabos, por realizar exorcismos. Este foi o “anjo da guarda” de Rosa por algum tempo. Foi ele quem “constatou” que ela era santa, após realizar alguns exorcismos,⁷² mas o padre a trocou com sua antiga dona por um moleque.⁷³

Nas palavras de Mott, a escrava Rosa durante 15 anos prostituiu-se nas Minas Gerais. Ela se “desonestava” com qualquer “homem secular” que a procurasse. Isto quer dizer que excluía de sua lista sexual clérigos e religiosos.⁷⁴ Foi o padre Xota-diabos, depois de realizar um exorcismo, que constatou que a escrava estava possuída pelo demônio.⁷⁵ A partir disso, Rosa começa a ouvir vozes que considera como celestiais que passará visões que incluem: o Menino Jesus, a Sagrada Família, Os Sagrados Corações, o Santíssimo Sacramento, o Espírito Santo, etc. De uma mulher de “vida fácil” Rosa torna-se uma beata cristã exemplar.

Doa seus bens para os pobres e adota a vida religiosa com fervor, fazendo muitas orações e penitências por horas seguidas (abandonando aos poucos a vida de escrava). Recebendo muitas visões, sua fama espalha-se pelas cidades mineiras que passava – Mariana, Ouro Preto, São João Del Rei. É claro que isto incomodou os religiosos da Santa Madre Igreja, pois ela ficava cada vez mais famosa e conhecida. Até que, certa vez, ela interrompeu a pregação numa missa de um missionário capuchinho, dizendo ser ele o demônio em pessoa. Isso foi a gota d’água para denunciarem a beata. Foi castigada a açoites no Pelourinho de Mariana, onde comenta Mott que “o deplorável estado físico de Rosa após os açoites devia causar dó e piedade a qualquer ser humano, sobretudo àqueles seus devotos que a reputavam santa e viam neste castigo grave injustiça contra pessoa inocente e virtuosa”.⁷⁶ Ela poderia até não merecer tal castigo, mas estava mexendo com “gente grande” da Igreja Católica. Depois das chibatadas, quase morreu, ficando com partes do lado direito do corpo paralisado.

Mas a beata não desiste, após melhorar do castigo, continua com as visões e os exorcismos. Vai ser aí que tentarão a “prova de fogo” com ela, para saber se realmente ela tinha algo de santa. Nesta prova colocaram embaixo de sua língua uma vela acesa, onde deveria permanecer durante uns cinco minutos.⁷⁷ O próprio Luiz Mott tentou fazer essa experiência com um pedaço de carne e disse que o resultado é catastrófico e, com Rosa não aconteceu nada. Porém, isso foi usado contra ela, pois concluíram que assim como poderia ser algo

⁷² Mott, 54.

⁷³ Mott, 156-157.

⁷⁴ Mott, 34-38.

⁷⁵ Mott, 51.

⁷⁶ Mott, 113.

⁷⁷ Mott, 131.

divino, também poderia ser considerado obra do diabo, concluíram que estava fingindo e não passava de uma feiticeira.

Como o “cerco estava se fechando”, ela e seu padre protetor fogem para o Rio de Janeiro em 1781.⁷⁸ Isso vai transformar totalmente a sua vida. Assim, após uma visão adota o nome Rosa Maria Egipciaca da Vera Cruz, que antes era tida somente como Rosa.⁷⁹ Torna-se sua padroeira Santa Maria Egipciaca, que viveu no Egito há mil e quinhentos anos. De prostituta durante 17 anos, começou a adorar a Santa Cruz, dizendo-se arrependida dos pecados. Após atravessar o Rio Jordão permaneceu no deserto por 47 anos sem ver ninguém, dizendo apenas aparecer Zózimo, através da Divina Providência e encontrá-la com 76 anos de idade.⁸⁰ O Rio de Janeiro era considerado a segunda maior cidade para o período colonial, perdendo somente para a capital, que era Salvador.⁸¹

No Rio conhece Frei Agostinho de São José, do Convento de Santo Antônio, que passou a ser seu novo confessor e guia espiritual. Nesse mesmo período, em uma de suas visões, Nossa Senhora obriga Rosa a aprender ler e escrever, como explicita-nos Mott: “Foi não apenas a primeira africana no Brasil, de que temos notícia, a conhecer os segredos da leitura, como também provavelmente a primeira escritora negra de toda a história, pois chegou a reunir centenas de páginas manuscritas de um edificante livro: *“Sagrada Teologia do Amor de Deus, Luz Brilhante das Almas Peregrinas*, lastimavelmente queimadas às vésperas de sua detenção, mas no qual restaram algumas folhas originais.”⁸²

Para o convento de Santo Antônio seria muito lucrativo ter uma santa em casa, pois as doações aumentariam, garantindo a manutenção e os gastos com os aparatos litúrgicos. Porém, venerar uma santa em vida, sem ser canonizada, pode ser considerado abusivo contra os dogmas cristãos. Para o provincial franciscano, ser confessor de uma santa também poderia ser algo grandioso, e que traria fama para sua pessoa. E quanto à exaltação de Rosa Egipciaca, foi dado o título pelos clérigos de “Flor do Rio de Janeiro.”⁸³ Imaginemos, então, como pode ser atribuída essa grandiosidade a uma escrava, ex-prostituta; veneração concedida por pessoas muito respeitadas perante a sociedade para uma pessoa que alguns anos atrás era tida simplesmente como um objeto.

⁷⁸ Mott, 179.

⁷⁹ Mott, 161.

⁸⁰ Mott, 165.

⁸¹ Mott, 195.

⁸² Mott, 8.

⁸³ Mott, 246.

Após receber outra visão celeste, em que Nossa Senhora pede para que Rosa funde um recolhimento para acolher aquelas que ofendiam a Deus, dizendo não ter uma casa para morar.⁸⁴ Recebe uma doação representativa do bispo Dom Antônio do Desterro, em 1754, inaugura essa instituição sacra que se chamava Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, chegando a acolher vinte e oito moças e ex “mulheres de vida fácil”, sendo doze brancas, nove mulatas e sete negras. Rosa é considerada a “Abelha Mestra” do recolhimento, porém na documentação oficial da Igreja não consta o nome dela como fundadora.

Leila Mezan Algranti tem um importante estudo voltado aos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil de 1750-1822. No seu texto analisa dois recolhimentos de São Paulo, Santa Teresa e da Luz; e um recolhimento em Minas Gerais, Macaúbas; e dois conventos no Rio de Janeiro, da Ajuda e de Santa Teresa.⁸⁵ Que nos ajuda a tentar entender um pouco, como era a vida de mulheres que, por vontade própria ou ordem, entravam em tais instituições.

Era preciso atravessar obstáculos para a edificação dessas instituições religiosas, pois era necessário a aprovação da metrópole, como demonstra Algranti “mesmo quando a colonização já ia avançada, nos séculos XVII e XVIII, a Coroa procurou manter-se fiel à política de incentivo ao casamento, proibindo, sempre que possível, o surgimento de mosteiros para mulheres”.⁸⁶ Assim como, a documentação da época não evidencia ser fundadora a ex meretriz Rosa Maria Egipcíaca, como aponta ela própria em seu depoimento para a Inquisição. Talvez para não denegrir a imagem da Madre Igreja.

A diferenciação entre recolhimento e convento é que neste primeiro não poderia ser feito os votos perpétuos, podendo assim as recolhidas entrar e sair com a autorização de seus familiares ou autoridades civis. Poderia ser considerado também, como casa de repouso, abrigo, pousada ou asilo,⁸⁷ mas aparentemente não foi nenhuma dessas funções que desempenhou o Recolhimento do Parto.

Rosa “era amada e respeitada por uma dezena de mulheres, brancas e negras, que a tratavam por Madre e a veneravam como a preferida do Divino Mestre e Esposa da Santíssima Trindade.”⁸⁸ Isto não era feito de livre e espontânea vontade por parte das recolhidas, foi imposto pela madre e pelo padre, seu confessor. Tanto que farão um quadro com a imagem da escrava como santa – que infelizmente sumiu após ser levada para Inquisição –; o padre Xota-diabos carregava um dente de Rosa em seu cordão, dizendo ser uma relíquia milagrosa; e dentre outras coisas foi imposto que as recolhidas

⁸⁴ Mott, 255.

⁸⁵ Algranti, 4.

⁸⁶ Algranti, 63.

⁸⁷ Algranti, 78.

⁸⁸ Mott, 303.

fizessem biscoitos com a saliva da beata para serem vendidos como milagrosos. Chegou ao ponto de se comparar superior ao próprio Deus.

Após a morte de Frei Agostinho de São José, ocorreu denúncias de que o padre Francisco Lopes e Rosa estavam se encontrando muitas vezes a portas fechadas, concluindo que estavam se “amancebando”. Logicamente isso foi um grande escândalo. Ela ataca uma mulher na Igreja dos franciscanos, dizendo ter que zelar do templo divino e espantar aqueles que não merecem estar ali.⁸⁹ Foi expulsa pelo bispo de seu Recolhimento e proibida de entrar no recinto sacro. No tempo em que esteve fora, Rosa Egipcíaca recebeu a visão de que aconteceria um dilúvio no Rio de Janeiro e o Recolhimento do Parto seria a Arca salvadora, isso em 1756, mas que não aconteceu. Provavelmente teve inspiração depois do famoso terremoto que aconteceu em Lisboa no ano anterior, que arrasou grande parte da cidade. Após pedidos de seus devotos, compadecidos de que Rosa não estava se fingindo de santa, em 1759, retorna a seu recolhimento.

No texto de Mott, sobre Rosa Egipcíaca, podemos perceber um sincretismo afro-católico, onde há momentos em que ela mistura à fé cristã costumes herdados de sua terra natal: “Santa que rezava em latim, que sabia cantar comovidos hinos litúrgicos, mas que não dispensava, como boa africana da Costa da Mina, seu inseparável cachimbo; que em seus arroubos místicos pode perfeitamente ser equiparada às principais videntes canonizadas por Roma, mas que não resistia, às vezes, à tentação de louvar se Divino Esposo frenética ao ritmo do batuque.”⁹⁰

Como a Igreja poderia aceitar que Rosa estava ficando mais popular que qualquer outra santa reconhecida? Após receber várias acusações como: fingimento, falsa santidade, agressão a pessoas honestas no templo do Senhor, etc. Ela e seu confessor são presos no Rio de Janeiro no ano de 1762. Os dois foram submetidos a uma série de perguntas, abre-se inquérito, contando com a participação de várias testemunhas, algumas de defesa, mas a maioria de acusação. Somente depois de dois anos foram mandados ao Tribunal da Inquisição de Lisboa.⁹¹ Novamente foram feitas várias sessões de perguntas sobre as denúncias que haviam sido feitas a eles.

O padre Xota-diabos, digamos que “tirou o corpo fora”, dizendo não ser letrado e confiar na palavra dos clérigos do Rio de Janeiro que a consideraram como santa. E seu parecer foi o seguinte: condenado a 5 anos de degredo, suspenso para sempre de confessar e realizar exorcismos, necessitaria dirigir-se ao Auto de Fé para ouvir sua sentença de forma humilhante e, que pagasse

⁸⁹ Mott, 382-387.

⁹⁰ Mott, 10.

⁹¹ Mott, 625.

as custas de seu processo. Apesar de sofrer humilhações, podemos considerar como não sendo uma pena tão pesada.

Quanto à Rosa, insiste que não mentiu em seu depoimento e que ela não era uma feiticeira. E após a sexta sessão de perguntas, em 1765, qual foi sua sentença? Não foi, acaba aí o processo dela.⁹² Dentre mais de mil processos pesquisados por Mott este foi o único que não teve um final. Lança o autor duas hipóteses para este fim: talvez ela tenha morrido no cárcere à espera de sua sentença e isso não tenha sido registrado, apesar do Tribunal ser muito minucioso no desfecho de seus processos; ou aconteceu um milagre que nem os próprios inquisidores acreditaram e não relataram. Mas isso são apenas hipóteses, que instigam a tentar encaixar essa última peça que faltou ao quebra-cabeça.

Esta foi uma breve síntese da historiografia sobre Rosa escrita por Mott. Ele nos leva a pensar sobre várias questões referentes ao período colonial. Dentre elas, essa inversão dos jogos de poder, como em uma sociedade racista e machista uma mulher negra conseguiu se sobressair tanto? E algo também muito intrigante, apontado pelo autor, é pensar que não foi julgada pela sua cor, mas sim pelos seus erros teológicos.⁹³ Mas será que por ser negra, como a sociedade era preconceituosa, que ela não estava sendo vista com “bons olhos”, chegando a ser presa pela Inquisição? Seus julgadores podem ter omitido esta informação.

Na bibliografia que usamos em nosso estudo, encontramos algumas menções à obra de Luiz Mott, sobre seu livro de Rosa Maria Egipcíaca. Como é o caso de Soihet – talvez com essas menções o leitor possa ter uma visão de conjunto para além do que anteriormente foi colocado em nossa síntese, e a partir da visão de outros autores sobre a obra:

Nesse espaço cabe menção às “visionárias”, mulheres de origem humilde, que se sobressaíram enfrentando a intolerância reinante em seu tempo, as vezes ao preço de sua própria vida ... Luiz Mott deteve-se na rica trajetória da visionária Rosa Egipcíaca, de origem africana, esta veio para o Brasil em 1725, com seis anos, onde fez-se escrava, mais tarde prostituta e, por força de suas visões místicas, tornou-se beata. Dominando a leitura e a escrita – fato raro entre mulheres de sua época – fundou no Rio de Janeiro o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto. Seus devotos não se limitaram aos populares, mas incluíram também, membros da elite; chegou a ser exaltada pelo alto clero do Brasil, que a nomeou “a maior

⁹² Mott, 693.

⁹³ Mott, 693.

santa do céu”. A interpenetração cultural era sua tônica. Rezava em latim, sabendo contar comoventes hinos litúrgicos, embora não dispensasse seu cachimbo. Igualmente, louvava seu Divino Esposo, Jesus Cristo, dançando ao ritmo do batuque. Terminou por atrair o braço da Inquisição, sendo presa e enviada para Lisboa.⁹⁴

A partir da deturpação das leis impostas que as mulheres seriam mencionadas nos documentos “oficiais”. E ainda, na maioria das vezes, eram feitas sob a ótica masculina predominante.

Assim, vemos a maneira como Rosa deixou os relatos sobre sua vida e dos que estavam à sua volta, encontrando estes no seu processo inquisitorial, que trata de uma boa maneira de tentar compreender a mulher escrava do período colonial. Também, nos demonstra Algranti em uma mesa-redonda que proferiu:

Recentemente, entretanto, alguns escritos produzidos por religiosas da América Portuguesa têm sido localizado por pesquisadores brasileiros em arquivos eclesiásticos e inquisitoriais, trata-se de cartas enviadas a familiares ou autoridades civis e religiosas, “relatos de consciência” (espécie de confissão por escrito) dirigidos a confessores e bispos. Luiz Mott, em seu livro sobre *Rosa Egípcia – uma santa africana no Brasil*, menciona várias cartas e uma confissão com mais de quinhentas páginas que teria sido queimada por seu confessor, ao qual Rosa teria relatado suas experiências místicas.⁹⁵

Rosa foi a primeira escrava que deixou escritos próprios para a posteridade. Em outro livro, também de Algranti faz outra menção a Mott, no que diz respeito ao Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, que foi fundado por Rosa, e que não tinha a devida atenção e reconhecimento da documentação oficial, nem era visto com “bons olhos” pela população a seu redor, não sendo apontado como lugar para se morar, como ocorria com outros recolhimentos do período.⁹⁶

Numa outra abordagem feita pelo próprio Mott, em que escreveu um capítulo sobre o período colonial, menciona aspectos religiosos e profanos. Faz várias menções à escrava Rosa, sua alta religiosidade, suas visões, adoração

⁹⁴ Rachel Soihet, “História das mulheres,” in “ In: Ciro F. Cardoso, e Ronaldo Vainfas, orgs., *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia* (Rio de Janeiro: Campus, 1997), 284.

⁹⁵ Algranti, 8.

⁹⁶ Algranti, 103-104.

aos sagrados corações, sua alta condecoração perante o clero; forte disciplina religiosa, as orações que escreveu, acusação de ser falsa santa e embusteira,⁹⁷ demonstrando que os assuntos de seu livro podem se interligar a um contexto mais geral da época.

Podemos observar que sua obra é bem difundida e pode ser considerada um clássico, dentre outros, sobre o período colonial. Porém é uma das únicas que tem estudo voltado, exclusivamente, para a escrava Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz, além do romance histórico de Heloisa Maranhão.

Veremos agora quais as contribuições, se estreitarmos as barreiras entre essas duas áreas do conhecimento.

Olhares sobre a escravidão e a mulher escrava em romances: Isaura, Úrsula e Rosa Maria

É necessário rever também as mulheres escravas retratadas pelos romances históricos. Evidenciamos três autores para entendermos melhor este percurso: Bernardo Guimarães, Maria Firmina dos Reis e Heloisa Maranhão, pois estes textos permitem um novo olhar sobre as mulheres escravas e a escravidão.

No romance *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães,⁹⁸ podemos observar o ponto de vista masculino sobre a escravidão feminina do período colonial que, muitas vezes, pode ser tida com certo ar de preconceito. Esta obra propõe uma visão da mulher escrava “romantizada”, ou seja, construída em torno do modelo da mulher branca, educada e bela, características das mulheres européias. Através da vida da protagonista Isaura, o leitor constrói o sistema escravocrata como algo que poderia ter sido brando, não demonstrando muito de sua “verdadeira” realidade e de suas várias formas de opressão.

O autor não faz menção, por exemplo, ao passado africano das(os) escravas(os) que aparecem ao longo do texto, bem como parece salientar a submissão feminina e sua acomodação perante o sistema escravista, sendo a escravidão o destino traçado desde o nascimento até a morte.

Este romance histórico está classificado na corrente tradicional ou clássica, pois nele não encontramos espaço para voz da escrava. Isaura não se questiona sobre sua condição de cativa, simplesmente a aceita, mesmo com sua fuga, por onde passou, acreditava piamente que sempre permaneceria nesta mesma condição:

⁹⁷ Mott, 165-181-182-183-198-199.

⁹⁸ Bernardo Guimarães, *A Escrava Isaura* (São Paulo: Martin Claret, 1998).

Que vim eu aqui fazer, eu, pobre escrava, no meio dos saraus dos ricos e dos fidalgos! ... este luxo, estas luzes, estas homenagens que me rodeiam, me perturbam os sentidos e causam-me vertigem. É um crime que cometo, envolvendo-me em meio de tão luzida sociedade; é uma traição, meu pai; eu o conheço, e sinto remorsos ... Se estas nobres senhoras adivinhassem que ao lado delas diverte-se e dança uma miserável escrava fugida a seus senhores! ... Escrava! ...⁹⁹

Mas temos que levar em consideração que Guimarães escreve em 1875, e que esta foi uma importante obra e muito difundida sobre a questão da escravidão. Foi reeditada várias vezes, e ainda hoje é bem conhecida, até mesmo em gravações de telenovela.

Já no texto *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis,¹⁰⁰ há um rompimento com alguns aspectos sobre a mulher e a escravidão. Começando com a autoria do texto ser de uma mulher negra. Mas não podemos ignorar que isso faz com que a autora tivesse que usar de um pseudônimo: “Uma Maranhense”, para poder publicar o romance, como ela mesma nos deixa claro quando diz que: “Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e uma mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo.”¹⁰¹

A autora coloca em evidência sua instrução ser misérrima por não ter ido estudar no exterior, como era comum aos grandes autores e, que geralmente ou, na maioria das vezes, estaria sendo representado por homens. Sua repercussão não foi tão grande quanto o texto de Guimarães. Foi descoberto somente em 1962 num sebo do Rio de Janeiro, apesar de ter sido escrito em 1859, ou seja, um século mais tarde é que a obra emergiu no cânone literário brasileiro.

Encontramos menção ao romance de Maria Firmina em dois textos de Lúcia Mott, uma importante estudiosa da mulher no período da escravidão. Onde ela mostra como foi difícil para as mulheres conseguirem reconhecimento como escritoras, pela própria condição de serem mulheres e tentar quebrar o preconceito racial predominante. Questionando e demonstrando através de seus textos, a ilegitimidade desse sistema, de uma forma bem corajosa, bem como denunciando a violência a qual escravas e escravos tinham que passar.¹⁰²

⁹⁹ Guimarães, 84.

¹⁰⁰ Maria F. dos Reis, *Úrsula, A escrava* (Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004).

¹⁰¹ Reis, 13.

¹⁰² Maria L. de B. Mott, “Escritoras negras: resgatando a nossa história,” in *Papéis avulsos* 13 (1989), 3-5.

Mas é preciso “dar a cara para bater” para tentar conquistar um espaço perante a sociedade e, muitas vezes, foi o que elas fizeram. De uma maneira tímida e através de pseudônimos, que muitas delas como comenta Mott “ a partir da segunda metade do século XIX o número de mulheres educadas cresceu bastante, tanto que começaram a circular jornais não só dirigidos para o público feminino, mas também organizados, editados e escritos por mulheres.”¹⁰³ Mesmo que seja para a parcela de mulheres que sabia ler e escrever, isso vai ser um avanço, tanto nas críticas que elas voltam-se, como Maria Firmina fez, quanto para a historiografia sobre a mulher.

Podemos observar no texto *Úrsula* algumas rupturas na estrutura do romance histórico tradicional, isso em pleno século XIX, pois a escrava pela primeira vez tem voz e mostrará a escravidão sob o seu ponto de vista, com a personagem Preta Suzana relembrando como era a liberdade na África antes de sua captura: “Liberdade! Liberdade ... ah! Eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração.”¹⁰⁴

Essa indagação que aparece no romance sobre a questão da liberdade, reaparece numa conversa entre a Preta Suzana e o escravo Túlio, que foi alforriado. Ela discute o sentido da liberdade de um alforriado em um país racista, mostrando que era bem diferente do que aconteceria em terras africanas, questionando assim, o sentido da verdadeira liberdade: “- Tu! Tu livre? Ah não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. Meu filho, tu és já livre?”¹⁰⁵

Este relato é muito importante, é uma tentativa de aproximação com a realidade: como foi a captura e a vinda para o Brasil com seus vários aspectos negativos? Como pessoas se tornaram objetos de exploração e perderam suas vidas próprias?

Passamos agora para a obra de Heloisa Maranhão, que é o nosso objeto de estudo. Faremos a análise desta obra, tentando mostrar o quanto ela dialoga com a historiografia dessa escrava; e o que tem a acrescentar em relação ao que, de alguma forma, a história não salientou.

¹⁰³ Maria L. de B. Mott, *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão* (São Paulo: Contexto, 1991), 62.

¹⁰⁴ Reis, 115.

¹⁰⁵ Reis, 114.

A escolha deste romance histórico se deu justamente para tentar entender se é possível conhecer o passado por meio da literatura. E por existir as duas versões sobre esta mesma protagonista, a versão histórica de Luiz Mott – que já foi descrita anteriormente – e a versão literária de Heloisa Maranhão, acreditamos ser produtivo desvelar as possíveis relações entre os textos.

O texto de Maranhão é classificado como Novo Romance Histórico, pois nele podemos notar que os excluídos da história entram na cena principal sob o ponto de vista feminino, tanto da sua escritora quanto de sua protagonista, que é escrava, negra, prostituta e santa, e viveu no período colonial brasileiro. Quando que era permitido a uma mulher branca escrever a história no século XVIII? E a uma escrava? Ela era escrita por homens brancos e sob seus pontos de vista.

Antes de adentrarmos na análise do livro propriamente dita, faremos uma síntese da obra, para situar o leitor sobre o enredo do romance.

A personagem Rosa Maria Egípcíaca foi comprada no mercado de escravos na cidade do Recife quando tinha 15 anos e ainda era virgem. Antes disso não se tem menção de como chegou ao Brasil. Seu dono foi Dom Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque que tem seu Engenho na capitania de Pernambuco. Sua família africana era do Reino de Benim, sendo o seu pai o príncipe Ginuwa, neta de Nowa (grande Obá do Reino) e filha da princesa Oyeomosan. Percebemos então seu sangue nobre.¹⁰⁶ Portanto, pelos escravos(as) era considerada como uma princesa, devido ao seu parentesco: “Surge o velho Mbende. Com dificuldade, joga-se ao chão. Observa o rígido protocolo ao qual têm direito os membros da Casa Real do Benim. - Eu te saúdo, Xirico, filha de Ginuwa e Oyeomosan”.¹⁰⁷

O seu nome africano era Xirico, que para os africanos significa “passarinho amarelo de muito chilreio”.¹⁰⁸ Quase todos as(os) escravas(os) que aparecem no texto contam sua história de vida de quando ainda estavam na África, resgatando a memória deste povo que foi tão explorado e não teve seu reconhecimento.

Rosa é a escrava preferida de seu senhor, contando com certas regalias por isso. Consegue elas através do sexo, promovendo “pequenas festas” na suíte de seu dono junto com seu Amigo Principal nº1 e Amigo Principal nº2; os três “cobrem” várias vezes a escrava.¹⁰⁹ Ela própria não se considera uma prostituta, mas tem muitas habilidades, como se há tempos já tivesse prática nesse assunto.

¹⁰⁶ Maranhão, 22.

¹⁰⁷ Maranhão, 30.

¹⁰⁸ Maranhão, 25.

¹⁰⁹ Maranhão, 63.

Passa boa a sua vida nesse Engenho, permanecendo até a morte de Dom Diogo, na luta contra a Invasão Holandesa no Nordeste. No testamento de Dom Diogo, além de alforriar Rosa, também a presenteia com a melhor mina de ouro que possui. E para evitar a ira de sua esposa, deixa escrito que é necessário que a escrava parta imediatamente após sua leitura, com o padre Xota, para a capitania de Minas Gerais.¹¹⁰ Esta vai ser uma longa viagem e com muitos riscos, lembrando que a extração de ouro encontrava seu auge nesse momento. Vai ser nesta viagem que Rosa, tendo a companhia do padre, começa a sua conversão para a cristandade.

Quando chegam a Vila-Rica de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, encontra-se Rosa com seu tio, o príncipe Kacoumba, que ironicamente tentava roubar sua mina. Mas Rosa o alforria, juntamente com todos os outros escravos, o que deixa a população, no mínimo, impressionada com tal atitude, fazendo com que todos fiquem conhecendo-a, espalhando rapidamente sua fama. Ainda, conversa com o Aleijadinho e com Tiradentes que são figuras conhecidas. No domingo vão à Igreja, como era obrigação de todas as pessoas, inclusive das(os) escravas(os). Só que Rosa Maria Egipcíaca age de forma violenta, batendo em alguns fiéis, pois aprendeu que “ser um bom cristão é expulsar do templo o pecador”,¹¹¹ e deste modo espalhou-se a fama de que ela estava endemoniada. Ao seguir o restante da missa, conclui-se o romance de Maranhão, de uma maneira bastante inusitada.

Após essa pequena síntese começamos a ter ideia de que o romance parece mostrar-se bem diferente do que está historiografado dessa escrava. Mas se formos analisar pequenos trechos do texto encontramos várias singularidades entre ambas.

Vamos dividir, então, em três momentos, a vida de Rosa Maria Egipcíaca, para podermos entender melhor e enxergarmos essas relações. Ela enquanto prostituta, enquanto santa e enquanto bruxa.

Em toda a obra de Maranhão aparece referências ao sexo como algo libertador. O que contradiz totalmente com a moral cristã que o defende somente como forma de procriação e sem ousadias diabólicas. Mas a escrava não se considerava como uma prostituta, como anteriormente havíamos comentado: “prometeu-me que jamais me colocava na cidade do Recife como uma “negra de ganho” porque isso era um perigo para minha saúde. Portanto, que ficasse eu bem descansada que nunca seria instalada como meretriz para obter para ele renda extra com meu trabalho. Apenas, ele chamava todas as noites o seu Amigo Principal nº1 e o seu Amigo Principal nº2 que também são bem limpinhos e promovem pequenas festas em sua suíte e nelas evidentemente, ele e seus

¹¹⁰ Maranhão, 115.

¹¹¹ Maranhão, 232.

dois amigos, que não tem nenhuma doença, me cobrem várias vezes.”¹¹²

Neste trecho percebemos que Rosa não sustenta seu dono sendo prostituta, mas no livro de Mott, durante 15 anos Rosa prostituiu-se para conseguir uma melhor ascensão social, ordenada pela sua dona, que obtinha lucros com isso.

Outro aspecto que pode ser ressaltado é sobre sua padroeira cristã, mencionada tanto para a personagem de ficção Rosa Maria, quanto para a escrava da história: “Sou sua padroeira, meu nome é Santa Rosa Egipcíaca da Vera Cruz. És uma inguavana. Eu também o fui. Sou a padroeira das prostitutas. Por esse motivo o teu nome de batismo é Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz.”¹¹³

Na sua historiografia, após uma visão, a escrava adota o nome daquela que vai ser a sua padroeira: Santa Maria Egipcíaca, que, semelhante ao romance, também foi uma mulher que se prostituía e, posteriormente, após se arrepender, torna-se uma santa. Percebemos, dessa forma, aspectos que vagueiam entre o profano e o sagrado, que perpassam por toda a vida de Rosa.

Quanto a adorar a escrava como santa, aparece um trecho no romance que a coloca como divindade:

- Sem dúvida o meu desejo é o de ser um bom cristão. UM BOM CRISTÃO! Mas estimaria muito ser venerada como uma santa, já, e não somente depois de morrer. Com o aval explícito de todos os padres. Padre Xota na cabeça dessa procissão. Gostaria que a minha saliva fosse utilizada na confecção de bolinhos milagrosos, que seriam disputados a peso de ouro pelos fiéis ... Soror Jacinta, uma ex-escrava, ah!, fundarei com ela um convento, ou seria melhor um Recolhimento de mulheres pecadoras que se arrependeram e não tem onde morar ... O coração de Jesus trocado com o meu ... Deus fez da Nossa Senhora a “Mãe da Justiça”. Eu serei a “Mãe da Misericórdia” ... O padre Xota edificado mandará confeccionar um quadro e o colocará no altar do Recolhimento ... Serei profeta. Terremotos. Dilúvios ... Acredito que posso dar de mamar ao menino Jesus. Desprezam a raça negra? Eu serei a mais respeitada.¹¹⁴

Basicamente tudo que aparece neste fragmento do romance condiz com a história de Rosa. Maranhão faz um tipo de resumo do que a protagonista passa e que aparece documentado no processo inquisitório estudado por Mott. Porém, durante grande parte da narrativa a escrava não é tida como uma santa cristã. Foi batizada, mas somente depois que segue de Pernambuco para Ouro

¹¹² Maranhão, 63.

¹¹³ Maranhão, 61-62.

¹¹⁴ Maranhão, 210-211.

Preto é que realmente demonstra maior interesse pela religião predominante na época colonial. E também, vale lembrar, que foi considerada como a “Flor do Rio de Janeiro” e venerada por muitos cristãos. Esse processo denominar-se-á aculturação, ou seja, supremacia de uma cultura sobre a outra e, essa condição era imposta aos escravos quando chegavam ao Brasil.

O que mais se ressalta na obra de Maranhão é a condição de Rosa Maria enquanto bruxa ou feiticeira. Muitos serão os “milagres” que ela realiza, só que de uma forma originária da religião africana: “Levanto-me como posso. Empunho minhas duas mãos em cima da cabecinha do pobre aleijado, não à moda simples do doce Jesus dos cristãos, mas sim com toda a pompa, colorido, rito, salamaleques dos melhores feiticeiros do Benim.”¹¹⁵

Na história oficial a escrava não vai realizar esses milagres à moda de feiticeiras. Terá, sim, muitas visões que considera como algo místico e divino. Mas ficamos na dúvida quando realizaram o teste de fogo, que vimos anteriormente, para comprovar sua santidade, e a acusaram de ser uma feiticeira. Fica esta indagação no ar: ela é uma santa ou uma feiticeira? Ou quem sabe as duas coisas? Aparenta-nos que ela se fez feiticeira pelo sexo, condição que teve que passar, senão seria somente santa.

Vale a pena ressaltar o papel de padre Xota na vida da escrava, pois tanto na história quanto no romance essa personagem foi de essencial importância. Ele estava ensinando Rosa como se portar como boa cristã perante a sociedade. Em ambos os casos, na história e no romance, pareciam os dois estarem “amancebados”, mesmo que isso seja mostrado de forma indireta. Vejamos um trecho do romance:

- Beijos furiosos que magoam pela face, pelos cabelos. Renascimento incessante do desejo os lança cada vez mais ávidos nos braços um do outro ...

- Seria a paz desse frade a paz do renunciante, do enfermo? Por que teme ele o seu saudável desejo? Esse homem despojou-se da mais elementar sensatez. Jejuns. Flagelações. A culpa é tua, Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz ...¹¹⁶

Ao que tudo indica o padre realmente acreditava que Rosa era santa. Só não levou esta afirmação até o final quando passou pelo Tribunal da Inquisição, como está presente na historiografia, temendo qual seria a sua sentença se confirmasse o que estava indo contra ao que a Igreja pregava.

E um último aspecto importante que deve ser mencionado, é que no romance aparecem as vozes e histórias, não só de Rosa, como também de outras(os) escravas(os). Mesmo sendo a forma ficcional, inventada, ela faz com que imaginemos uma outra versão para a escravidão, com os próprios

¹¹⁵ Maranhão, 47.

¹¹⁶ Maranhão, 161.

“excluídos” fazendo parte dessa história, como podemos perceber no fragmento a seguir:

- Como se chamam vocês?

O escravo que é muito seguro com os animais responde logo:

- Meu nome é Kush. Na minha tribo, o filho mais velho sempre se chama Kush. O nome deriva de um filho homônimo de Cam, que era filho de Noé. E Cam, a senhora sabe Dona Rosa Maria, é o fundador da raça negra...¹¹⁷

A obra de Maranhão é muito rica em termos africanos e seus significados, podemos observar um exemplo no fragmento a seguir:

Eie u mukuá (você é muito saliente). *Kadié tuji* (vai à merda). *Satanhoco* (sacana).

Uma voz bem velha me responde:

- *Sesá* (dá licença). *Nzambi iami ia-ngi-manenna* (Deus está comigo).¹¹⁸

Após lermos o romance e a historiografia de Mott, percebemos que sabemos pouco desse povo que fez o Brasil prosperar, ou, às vezes, preferimos outra temática à escravidão.

A leitura do romance nos remete ao fato que a história e literatura podem ter seus laços bem mais próximos do que imaginamos ou do que gostariam os historiadores e os literatos. O que este Novo Romance Histórico de Heloisa Maranhão vem resgatar é o processo que segundo Gärtner é chamado de “desmemória”,¹¹⁹ ou seja, a ficção (re)vê o passado valendo-se daquilo que não aparece na historiografia masculina do período colonial, a memória da escravidão e das(os) escravas(os), dando voz a quem sofreu com ela e que foi excluída da memória histórica, principalmente como é o caso de Rosa, por se tratar de uma mulher, escrava, negra e prostituta.

Como a romancista tem uma maior liberdade de criação no seu discurso – coisa que o historiador tem que ser mais cauteloso, pois deve evidenciar muito bem as suas fontes – ela faz com que não só a voz de uma mulher escrava seja ouvida, mas tantas outras que também foram silenciadas. Com isso, pensamos os fatos históricos de uma outra maneira. Lógico que temos claro que nós historiadores não podemos realizar a façanha feita pela autora, de escrever no final do século XX, mantendo um diálogo direto com a escrava Rosa do século XVIII:

¹¹⁷ Maranhão, 131.

¹¹⁸ Maranhão, 30.

¹¹⁹ Mariléia Gärtner, *Mulheres contando história de mulheres: o romance histórico brasileiro contemporâneo de autoria feminina* (Assis, 2006), 154.

Fecho o chuveiro. Enrolo-me na toalha. Volto no quarto. Surpresa. Dou com Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz deitada na minha cama. Ela fala:

- Todo romance tem começo, meio e fim. Você, escritora, pluft! Mandou tudo pelos ares. Onde estão os personagens? Só eu consegui voltar. Por quê? Sou neta de Derumo. Também conheço arte mágica.¹²⁰

Portanto, para realmente finalizarmos, voltamos a pergunta do início de nosso texto: qual é a melhor forma de interpretar o passado, através da história ou da literatura? Em primeiro lugar, devemos pensar que é possível também conhecer o passado através da literatura. E em segundo, que não existe uma forma melhor e uma pior. Quem leva a maior fama é o historiador, mas através de um romance histórico bem escrito e de um leitor atento para as características próprias de cada área, se pode chegar a um conhecimento mais abrangente daquilo que já aconteceu, para então podermos entender melhor o que acontece no nosso presente, pois a ficção não pretende fazer história, mas discutir o sentido dela.

Considerações finais

A partir de tudo o que foi visto podemos perceber o panorama que cerca as (inter) relações entre essas duas disciplinas, o que aparecem em versões históricas e românticas, para assim podermos aprimorar os nossos conhecimentos sobre as mulheres no período colonial brasileiro. Através não somente do que está historiografado e documentado, mas também sob a ótica dos Novos Romances Históricos, principalmente, com o *boom* de suas publicações que aconteceram em fins dos anos 90.

Percebemos que são áreas distintas e que têm suas particularidades, com o romance tendo uma leitura fácil pelo embelezamento de seu texto e, a história tendo uma leitura mais truncada, precisando ser a todo tempo referenciada quais os documentos que a referenciaram. Mas devemos chamar a atenção para o leitor de tais textos, pois nem sempre beleza trás aprofundamento e nem sempre deve-se acreditar que tudo é verdade naquilo que se lê. E mesmo as duas sendo discursos, na literatura há predominância de ficção, daquilo que ainda pode acontecer e, na história do que realmente aconteceu com referência à fonte, entretanto a literatura pode ter sua parcela de verdade, bem como a história pode também ter sua porcentagem de ficção, afinal em ambas, requer para escrita de sua narrativa, o uso de imaginação, como ousou problematizar White, o maior defensor dessas idéias, juntamente a Veyne defensor da idéia de que a história é um romance verdadeiro.

O passado pode ser conhecido pela história e, também pela literatura através do Novo Romance Histórico. A partir da interdisciplinaridade, os

¹²⁰ Maranhão, 237.

historiadores podem olhar de outra maneira para os fatos históricos que são revistos pelos romancistas e que servem de pano de fundo para a confecção de seus discursos. Assim como, esses romances vêm suprir as lacunas deixadas pelos historiadores, dando-lhes novas versões. É necessário acabar com o preconceito dos historiadores para com a literatura.

Com as mudanças ocorridas na História Cultural e com o Novo Romance Histórico, aqueles que estavam “excluídos” na historiografia reaparecem para serem os protagonistas, como é o caso de Rosa Maria Egipciaca da Vera Cruz, que além de ser mulher, negra, escrava, prostituta, santa, nos é mostrada como bem atuante e à frente de seu tempo, o período colonial brasileiro, marcado pelo machismo e preconceito desse sistema patriarcal. Através desta protagonista pode ser escutada a voz de múltiplas mulheres que não foram documentadas na história.

Temos plena consciência de que a escravidão não foi branda, mas há pessoas que nem sempre seguem à risca as leis e conseguem fazer a diferença. Com isso, o Novo Romance Histórico de Heloisa Maranhão vem resgatar a “desmemória” das escravas e escravos, mostrar aquilo que não aparece na história por não haver documentação que possa comprovar a sua existência. Apresentando assim, uma versão diferente e possível.